

Federação Nacional dos Urbanitários

Carta aberta dos eletricitários à presidente Dilma contra a privatização da usina de Três Irmãos

São Paulo, 28 de Março de 2014

À Exma Sra. Presidenta da República Dilma Rousseff,

Nós, trabalhadoras e trabalhadores eletricitários paulistas, desde 1999, sofremos os impactos negativos do fracionamento da Companhia Energética de São Paulo (CESP) em seu processo de privatização.

Fomos forçados a conviver cotidianamente com a terceirização que mata e mutila, com a precarização das condições de trabalho, com a ampliação dos acidentes no setor, com a ampliação da rotatividade, com o esmorecimento da consciência de classe da categoria que é cada vez mais pressionada por produtividade em escalas de trabalho desumanas, sob assédio moral em um clima que beneficia o comportamento individualista e competitivo.

Lutamos para que o sistema elétrico seja mantido sob o controle do estado. Acreditamos que é um setor estratégico ao desenvolvimento nacional – patrimônio do povo brasileiro – que deve, sobretudo, salvaguardar: os interesses do bem comum com tarifas justas, acesso universalizado e qualidade, o respeito ao meio ambiente e comunidades, os direitos conquistados pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores em sua luta.

Buscamos de todas as formas estreitar o diálogo com o Governo Federal, pela criação de um canal de comunicação a exemplo do que foi conseguido na luta das trabalhadoras e dos trabalhadores petroleiros, aeroviários e portuários.

Não conseguimos, mas ainda é tempo. É tempo de cancelar o Leilão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos, que é a primeira a ser licitada sob a égide da Lei 12.783/13, mas que impactará futuramente mais de 7 mil trabalhadoras e trabalhadores, promovendo mais um processo doloroso de reestruturação e perda de nossa história de luta e mobilização, além das mortes com a precarização das condições de trabalho.

É tempo de ser a transformação que desejamos para a sociedade que queremos construir. É tempo de reconhecermos o valor da luta histórica das trabalhadoras e dos trabalhadores que constroem esta nação e promovem o seu desenvolvimento. Dia após dia estamos nas usinas de geração, nas centrais de atendimento, nas grandes linhas de transmissão e nos postes das ruas desta grande nação, levando luz ao povo.

É tempo de reaproximação com aqueles que acreditam e confiam no governo dos trabalhadores, que engrossaram as fileiras nos momentos difíceis para a defesa do estado popular e democrático, para não sermos mais dos mesmos.

Esta é a hora.

Consideramos que assegurar no edital de licitação da usina que a operação seja realizada, “preferencialmente”, por trabalhadores que exerçam suas funções no referido empreendimento é MUITO POUCO, NÓS QUEREMOS MAIS, QUEREMOS RESPEITO À NOSSA LUTA.

Diap, 25/03/14

Defesa do mínimo reúne sindicalistas, empresários e entidades em Guarulhos

Sindicalistas de oito categorias profissionais, associação de aposentados, Dieese e entidades empresariais se reuniram na tarde desta segunda (24), na sede dos Metalúrgicos, em Guarulhos, para defender a continuidade da política de aumento real do salário mínimo. O entendimento geral é de que a valorização do mínimo fortalece o mercado interno, gera empregos e distribui renda.

Presentes - Sindicatos: Alimentação; Asseio e Conservação; Comerciais; Frentistas; Químicos; Servidores; Têxteis; Vestuário; e Vigilantes. Associação: dos Aposentados Metalúrgicos. Entidades empresariais: Ciesp; Asec e ACE. Entidades da sociedade civil: Agende. Centrais: Força Sindical, UGT e CSB. Institutos: Dieese.

Pereira – O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos e Região, José Pereira dos Santos, reafirmou que a valorização do salário mínimo une o sindicalismo. “Mas o mínimo valorizado aquece toda a economia, gerando emprego e renda”, diz.

Empresários – Destacaram a importância do mercado interno aquecido, por meio do consumo, menos juros e menor carga tributária sobre o setor produtivo.

No final do encontro foi produzido um documento assinado por todos os presentes.

Fonte: *Agência Sindical*

Portal da CUT

NOTA DA FUP: Não deixaremos sangrar a Petrobrás no ringue das disputas eleitorais

25/03/2014

Petrobrás volta a ser palanque de disputas políticas em ano eleitoral. Foi assim no governo Lula, foi assim em 2010 e não seria diferente esse ano

Escrito por: FUP

Mais uma vez, a Petrobrás volta a ser palanque de disputas políticas em ano eleitoral. Foi assim no governo Lula, foi assim em 2010 e não seria diferente esse ano, quando as pesquisas eleitorais refletem o apoio popular ao governo Dilma. Tensionada, a oposição, em conluio com a velha mídia, mira na Petrobrás para tentar desmoralizar a gestão pública da maior empresa brasileira.

Os mesmos PSDB e DEM, que quando governaram o país fizeram de tudo para privatizar a Petrobrás, trazem de volta à cena política antigas denúncias sobre refinarias adquiridas pela empresa no exterior e tornam a atacar as que estão em fase final de construção no Brasil. Quem acompanha a nossa indústria de petróleo sabe da urgência de reestruturação do parque de refino da Petrobrás, que, durante o governo do PSDB/DEM, foi sucateado e estagnado, assim como os demais setores da empresa.

Quando exercia o papel de governista (dos anos 90 até 2002), a oposição demo-tucana quebrou o monopólio estatal da Petrobrás, escancarou a terceirização, privatizou alguns setores e unidades da empresa, reduziu drasticamente os efetivos próprios, estagnou investimentos em exploração, produção e refino e ainda tentou mudar o nome da Petrobrás para Petrobrax. Foi nessa época que a empresa protagonizou alguns dos maiores acidentes ambientais do país e o afundamento da P-36.

São os mesmos neoliberais que insistem em atacar a gestão estatal que desde 2003 iniciou o processo que fará da Petrobrás uma empresa verdadeiramente pública e voltada para os interesses nacionais.

Vamos aos fatos: em 2002, a Petrobrás valia R\$ 30 bilhões, sua receita era de R\$ 69,2 bilhões, o lucro líquido de R\$ 8,1 bilhões e os investimentos não passavam de R\$ 18,9 bilhões. Uma década depois, em 2012, o valor de mercado da Petrobrás passou a ser de R\$ 260 bilhões, a receita subiu para R\$ 281,3 bilhões, o lucro líquido para R\$ 21,1 bilhão e os investimentos foram multiplicados para R\$ 84,1 bilhão.

Antes do governo Lula, a Petrobrás contava em 2002 com um efetivo de 46 mil trabalhadores próprios, produzia 1 bilhão e 500 mil barris de petróleo por dia e tinha uma reserva provada de 11 bilhões de barris de óleo. Após o governo Lula, em 2012, a Petrobrás quase que dobrou o seu efetivo para 85 mil trabalhadores, passou a produzir 2 bilhões de barris de óleo por dia e aumentou a reserva provada para 15,7 bilhões de barris de petróleo.

Apesar da crise econômica internacional e da metralhadora giratória da mídia partidária da oposição, a Petrobrás descobriu uma nova fronteira petrolífera, passou a produzir no pré-sal e caminha a passos largos para se tornar uma das maiores gigantes de energia do planeta. Não aceitamos, portanto, que esse processo seja estancado por grupos políticos que no passado tentaram privatizar a empresa e hoje, fortalecidos por novos aliados, continuam com o mesmo propósito.

Se confirmados erros e irregularidades na gestão da Petrobrás, exigiremos que sejam devidamente apurados pelos órgãos de controle do Estado e pela Justiça. A FUP e seus sindicatos acompanharão de perto esse processo, cobrando transparência na investigação e responsabilização de qualquer desvio que possa ter ocorrido. No entanto, não permitiremos que sangrem a Petrobrás em um ringue de disputas políticas partidárias eleitorais, como querem os defensores da CPI. Reagiremos à altura contra qualquer retrocesso que possa ser imposto à maior empresa brasileira, alavanca do desenvolvimento do país.

DIREÇÃO COLEGIADA DA FUP

Rio de Janeiro, 25 de março de 2014

Portal da CUT

Trabalhadores da construção civil e do mobiliário de João Pessoa aprovam indicativo de greve

25/03/2014

Sem avanços na negociações, categoria paralisará atividades a partir do dia 14 de abril

Escrito por: Conticom

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de João Pessoa (Sintricom) realizou na última quinta-feira (20) uma assembleia para discutir propostas e organização do movimento, na campanha salarial 2014, aprovando indicativo de greve a partir do dia 14 de abril.

Francisco Demontier, secretário-geral do sindicato, informou “apesar de várias rodadas de negociação, não tivemos avanço. Os patrões não apresentaram uma proposta decente, oferecem apenas um reajuste de 6,49%, sem melhorias nas demais cláusulas”. Os trabalhadores reivindicam 15% de reajuste, melhoria na alimentação fornecida, cesta básica ou vale de R\$ 220,00 e diminuição do desconto do vale transporte de 6% para 2%.

Como a negociação coletiva está emperrada o sindicato tem fechado acordos individuais com as empresas. Uma nova assembleia será realizada dia 10 de abril para ratificar a decisão, caso não haja nenhum avanço.

Portal da CUT

Trabalhadores da Fundação CASA ameaçam greve geral em São Paulo

25/03/2014

Categoria fará assembleia neste sábado (29) para decidir os rumos da campanha salarial

*Escrito por: CUT Nacional**

Os trabalhadores e trabalhadoras da Fundação CASA realizarão neste sábado (29), às 9h30, no Sindicato dos Químicos de São Paulo, uma assembleia para deliberação sobre os rumos da categoria na Campanha Salarial 2014. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e a Família do Estado de São Paulo (SITRAEMFA), os servidores podem decretar greve geral no estado.

O sindicato reclama que não teve retorno da instituição em relação à Campanha Salarial dos servidores, apesar da primeira reunião já haver completado 30 dias. A Direção do SITRAEMFA já fez intervenção na Casa Civil e Assembleia Legislativa, ainda sem resultado. As principais reivindicações são pelo piso salarial; reajuste real; reposição de perdas; isonomia do Plano de Cargos e Salários e, primordialmente, segurança nos locais de trabalho.

Segundo nota no site do sindicato, “A categoria está farta deste descaso, que assola a direção desta instituição no dia a dia. A Campanha Salarial é só um reflexo do que ocorre no local de trabalho e a omissão está parecendo inerente à Instituição e ao Governo do Estado”.

Assembleia dos trabalhadores da Fundação CASA

Data: 29/03 (sábado)

Hora: 9h30 (primeira chamada); 10h (segunda chamada)

Local: Sindicato dos Químicos de São Paulo, Rua Tamandaré, 348 - Liberdade

**com informações do SITRAEMFA*

Portal da CUT

Bancários de São Paulo e Metalúrgicos do ABC iniciam eleições nesta terça (25)

25/03/2014

As duas categorias vão escolher diretorias para os próximos três anos. No ABC, serão eleitos/as 280 trabalhadores/as para os 93 CSE, comitês sindicais que atuam dentro das empresas

Escrito por: RBA

Começaram nesta terça-feira (25) as eleições no Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. No primeiro caso, a votação vai até sexta-feira (28), e o resultado deve ser divulgado no dia seguinte. Já os metalúrgicos elegem primeiro os comitês sindicais, dos quais sairá a direção executiva.

A eleição dos bancários terá duas chapas. A 1 é encabeçada pela atual presidenta, Juvandia Moreira, funcionária do Bradesco, e a 2, por Juliana Públio Donato de Oliveira, do Banco do Brasil. A votação começa às 7h de amanhã. Ao todo, serão 200 urnas, entre fixas e itinerantes. A base, com aproximadamente 142 mil trabalhadores, inclui São Paulo, Osasco e mais 15 municípios. Segundo informação da comissão eleitoral à TV Bancária, do sindicato, o número de votantes fica em torno de 48 mil.

Já os metalúrgicos escolherão nesta terça e na quarta-feira (26) os 280 representantes dos 93 Comitês Sindicais de Empresa (CSEs), mais o comitê dos aposentados – o sistema passou a ser adotado em 1999. Da eleição sai a composição da Executiva da Direção. No segundo turno, em 7 e 8 de maio, são escolhidos o presidente, a direção executiva e o conselho fiscal. O sindicato abrange os municípios de São Bernardo do Campo, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, com mais de 100 mil trabalhadores na base, sendo 70 mil sindicalizados. A posse da nova diretoria está marcada para 19 de julho.

RBA

Portal CTB

Operários da construção de Salvador decidem manter estado de greve

O dia começou movimentado para os operários da construção civil em Salvador. Em greve, a categoria realizou uma manifestação pelas ruas do Centro da cidade e definiu em assembleia pela manutenção do movimento, até que os patrões atendam à pauta de reivindicações.

A concentração começou no Campo Grande, de onde os trabalhadores saíram em passeata até a sede do Procon, na Rua Carlos Gomes, onde fizeram um ato de repúdio, contra as declarações feitas pelo superintendente do órgão, Ricardo Maurício Soares. Em entrevista a uma emissora de rádio local, Soares sugeriu que as empresas façam a contratação de mão de obra temporária, para o cumprimento do prazo de entrega das obras em andamento.

Em nota pública, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção (Sintracom-BA) e a Federação de Trabalhadores do ramo (Fetracom-BA) ressaltam que os trabalhadores estão em greve, justamente reivindicando melhorias das condições de trabalho e lutando contra a precarização da mão de obra.

E é muito grave, quando um dirigente de um órgão, como o Procon, vem a público aconselhar uma das irregularidades que as empresas praticam constantemente, nos locais de trabalho.

A greve da categoria, aprovada em assembleia geral, com a participação de mais de cinco mil trabalhadores, começou na segunda-feira (24/3), com a paralisação dos canteiros de obras em Salvador e no interior. Os trabalhadores reivindicam 10% de reajuste salarial, acréscimo de R\$ 40 na cesta básica para todos os trabalhadores, independentemente do número de empregados, correção do piso salarial do cadastrista, contrato de experiência de 30 dias e manutenção do aviso prévio indenizado, que já consta da Convenção Coletiva de Trabalho e os empresários querem retirar.

O patronato propõe reajuste salarial de 5,56%, aviso prévio trabalhado e contrato de experiência de 90 dias. Os trabalhadores afirmam que a categoria está disposta a continuar o movimento paredista, até que as reivindicações sejam atendidas.

Com informações do Sintracom Bahia.

Fonte: CTB BA

Portal da Força Sindical

Trabalhadores da usina Santa Rita estão sem salários há três meses em Santa Rita do Passa Quatro

Situação em Santa Rita do Passa Quatro, SP, atinge 400 funcionários.

Usina diz que atraso é de 2 meses e que pagará mês de janeiro segunda.

Cerca de 400 funcionários da Usina Santa Rita, em Santa Rita do Passa Quatro (SP), estão sem receber salários há três meses, segundo denúncias de trabalhadores. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação afirmou que a empresa se comprometeu a pagar o salário referente ao mês de janeiro na segunda-feira (24). A usina informou na sexta-feira (21) que o atraso salarial varia de um a dois meses para 20% dos 2 mil funcionários. O Ministério do Trabalho em Emprego (MTE) de Ribeirão Preto informou que ainda não recebeu nenhuma denúncia em relação ao assunto.

Dificuldades

Sem pagamento desde janeiro, uma funcionária da usina, que não quis se identificar, relatou que a situação está cada dia mais difícil. "Tenho família, filho para manter, assim não tem condições. Ninguém dá uma satisfação e a gente fica sem saber o que fazer", disse.

Negociação

Segundo o presidente do sindicato que representa a categoria na cidade e região, Raimundo Vilasboas de Oliveira, houve uma negociação na terça-feira (18) com a empresa, que se comprometeu a pagar os trabalhadores na próxima semana.

"A partir de terça-feira (25) vamos negociar o pagamento referente ao mês de fevereiro. Não sei responder o motivo do atraso, o que a gente ouve é que o setor passa por dificuldade, mas não posso afirmar se esta é causa", disse Oliveira.

Segundo sindicalista, apesar dos transtornos causados aos funcionários desde o começo do ano, não existe a possibilidade de greve. "Nós entendemos que a melhor saída para o trabalhador é realmente negociar diante da situação que enfrentamos", afirmou.

Dificuldades

Em nota, a usina informou que o setor sucroalcooleiro passa por dificuldades devido aos preços de produção, que são superiores ao de comercialização dos produtos. Com isso, as usinas têm operado no vermelho nos últimos anos (G1, 24/3/14)

Portal Mundo Sindical

Greve dos servidores da Suframa de Manaus continua após sindicato negar proposta do Governo Federal

O Sindicato dos Servidores da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sindframa) recusou a contraproposta do governo federal e decidiu manter a greve que já dura 34 dias. Sem reajuste salarial desde 2008, apenas 30% dos servidores vão manter as atividades, como manda a legislação.

De acordo com um documento encaminhado na sexta (21), o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) propõe a criação de um grupo de trabalho, com duração de 210 dias, para gerar um relatório que servirá de base para futuras negociações, quanto à possibilidade de reajuste salarial.

A proposta foi considerada uma afronta à categoria, assim como a suposta ameaça de corte de ponto dos servidores em greve. "Esse grupo de trabalho não tem utilidade nenhuma, já que ele não tem o objetivo de elaborar uma proposta concreta de reestruturação", explicou o vice-presidente do Sindframa, Anderson Belchior.

O Sindframa informou que o governo federal é o grande responsável por esse quadro de greve, já que, desde 2009, se recusa a sentar à mesa de negociação para discutir a reestruturação do Plano de Cargos e Carreiras da autarquia, além de outros pleitos.

"Em 2008, os servidores receberam o último aumento salarial que, naquela época, já estava defasado. Desde então, foram inúmeras tentativas de negociação. Duas paralisações de advertência, reuniões com a superintendência e com o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e não tivemos os nossos pleitos atendidos", explicou Belchior.

Autonomia

Além de pleitear a reestruturação do Plano de Cargos e Carreiras, os servidores querem discutir a ausência de autonomia administrativa e financeira da autarquia e a interiorização do desenvolvimento.

A categoria também cobra melhorias na infraestrutura de trabalho na sede (Manaus) e descentralizadas, nos estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, além de solução para o descaso com Processos Produtivos Básicos (PPB), de interesse regional e nacional.

Fonte: A Crítica - 25/03/2014

Portal Mundo Sindical

Sindicato dos Metalúrgicos de Sul Fluminense começa elaborar pauta de negociação salarial

O Sindicato dos Metalúrgicos promove amanhã a primeira assembleia extraordinária para definir a pauta das campanhas salariais de 2014 em cada empresa cujos trabalhadores são representados pela entidade. Os primeiros a definir a pauta serão os metalúrgicos de Barra Mansa e Quatis. A reunião com eles acontecerá na subsede do sindicato, na Rua Ary Fontenelle, no bairro Estamparia, em Barra Mansa. A reunião começa às 18 horas. Neste encontro também vão participar os funcionários Votorantim e Saint Gobain.

"Temos até o dia 30 de abril para entregar todas as pautas de reivindicação. Não queremos dar brechas aos empresários entrarem na justiça dizendo que não respeitamos os prazos da negociação", disse o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Renato Soares. A data-base da categoria é 1º de maio.

Os funcionários da CSN, bem como de suas prestadoras de serviço, e que pertencem a categoria metalúrgica, estão convocados para a assembleia na quinta-feira na sub sede do sindicato em Volta Redonda, na Avenida Antônio de Almeida, Retiro, às 18 horas.

O sindicato também distribuiu uma pesquisa para que o trabalhador indique os itens que gostaria de ver na pauta da campanha salarial deste ano. Destaque e deposite em uma das urnas, que estarão disponíveis na portaria da empresa. "Ainda estamos fazendo o levantamento dos desejos dos nossos trabalhadores", finalizou Renato Soares.

Fonte: A Voz da Cidade - 25/03/2014

Portal Mundo Sindical

Fetag-RS quer revogação da norma que regulariza transporte de combustível

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag-RS) vai encaminhar pedido de revogação da resolução da ABNT NBR 7500, que dificulta a venda fracionada de combustível, pois exige recipientes específicos com certificação do Inmetro. Segundo o presidente da Fetag-RS, Elton Weber, além do agricultor não encontrar a embalagem referida facilmente, isso acaba também gerando aumento do custo de produção, já que seu valor é elevado.

Weber lembra que a agricultura familiar faz uso diário de combustível em máquinas agrícolas e que a legislação não permite seu tráfego em rodovias, e muito menos em áreas urbanas. Ele

acrescenta ainda que as máquinas de pequeno porte usadas na propriedade igualmente necessitam de combustível, como as motosserras.

A reivindicação é um dos pontos da pauta do Grito da Terra Brasil 2014. Caso o pleito não seja atendido, o dirigente não descarta a possibilidade de mobilização dos agricultores, a fim de pressionar os órgãos competentes.

Fonte: Fetag-RS - 25/03/2014

Agência Brasil, 26/03/14

Câmara aprova Marco Civil da Internet

Luciano Nascimento - Repórter da Agência Brasil Edição: Carolina Pimentel

Após cinco meses de polêmica e intensos debates, a Câmara aprovou hoje (25) o projeto do Marco Civil da Internet (PL 2.126/11). Os deputados aprovaram o texto em votação simbólica. Desde 28 de outubro de 2013, o projeto passou a trancar a pauta da Câmara.

O projeto define os direitos e deveres de usuários e provedores de serviços de conexão e aplicativos na internet. A aprovação abre caminho para que os internautas brasileiros possam ter garantido o direito à privacidade e à não discriminação do tráfego de conteúdos. O texto agora segue para o Senado e, caso seja aprovado lá também, irá para sanção presidencial.

"Hoje em dia precisamos de lei para proteger a essência da internet que está ameaçada por praticadas de mercado e, até mesmo, de governo. Assim, precisamos garantir regras para que a liberdade na rede seja garantida", disse o relator do projeto deputado Alessandro Molon (PT-RJ).

Antes da votação, um grupo de manifestantes entregou ao presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), uma petição com mais de 340 mil assinaturas a favor do Marco Civil da Internet. Na ocasião, Alves disse que o projeto já estava "amadurecido" para ir à votação.

Entre os principais pontos da proposta estão: a garantia do direito à privacidade dos usuários, especialmente à inviolabilidade e ao sigilo de suas comunicações pela internet. Atualmente, as informações são usadas livremente por empresas que vendem esses dados para o setores de *marketing* ou vendas.

Os provedores não poderão fornecer a terceiros as informações dos usuários, a não ser que haja consentimento do internauta; os registros constantes de *sites* de buscas, os *e-mails*, entre outros dados, só poderão ser armazenados por seis meses. O projeto também define os casos em que a Justiça pode requisitar registros de acesso à rede e a comunicações de usuários.

De acordo com o texto, as empresas não vão poder limitar o acesso a certos conteúdos ou cobrar preços diferenciados para cada tipo de serviço prestado.

Antes da votação, o governo recuou e aceitou alterar alguns pontos considerados polêmicos por parlamentares da oposição e da base aliada. O principal deles é o princípio da neutralidade de rede que assegura a não discriminação do tráfego de conteúdos. Após negociação os deputados acordaram que a regulamentação deste trecho da lei caberá a um decreto da Presidência da República, depois de consulta à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI).

Também caiu a obrigatoriedade das empresas provedoras de conexão e aplicações de internet manterem em território nacional estrutura de armazenamento de dados, os chamados *data centers*.

A obrigatoriedade havia sido incluída após as denúncias de espionagem do governo brasileiro, por parte dos Estados Unidos, revelados pelo ex-consultor que prestava serviços à Agência Nacional de Segurança (NSA, na sigla em inglês) norte-americana, Edward Snowden. Como forma de punição para a violação das comunicações, ficou assegurado no texto que deverá ser "obrigatoriamente respeitada a legislação brasileira".

"Felizmente, o governo recuou e o relator acatou a sugestão da oposição e retirou do texto a obrigatoriedade de *data centers* no território brasileiro", disse o líder do DEM, Mendonça Filho (PE). Outro ponto do projeto é o que isenta os provedores de conexão à internet de serem responsabilizados civilmente por danos decorrentes de conteúdos gerados por terceiros. Isso só ocorrerá se, após ordem judicial específica, o provedor não tomar as providências para retirar o conteúdo da rede.

Nesses casos, o projeto determina que a retirada de material com cenas de sexo ou nudez deve ocorrer a partir de apresentação pela pessoa vítima da violação de intimidade e não pelo ofendido, o que poderia dar interpretação de que qualquer pessoa ofendida poderia pedir a retirada do material. Agora, a retirada deverá ser feita a partir de ordem judicial.

Além disso, o relator também incluiu um artigo para prever que os pais possam escolher e usar programas de controle na internet para evitar o acesso de crianças e adolescentes a conteúdo inadequado para a idade. "O usuário terá a opção de livre escolha da utilização de controle parental

em seu terminal e caberá ao Poder Público em conjunto com os provedores de conexão a definição de aplicativos para realizar este controle e a definição de boas práticas de inclusão digital de crianças e adolescentes", discursou Molon.

Após diversas negociações, o governo conseguiu com que os partidos contrários ao marco civil mudassem de ideia. O PPS foi o único partido que votou contra o projeto. O PMDB, que era contra a proposta, mudou de opinião e defendeu a aprovação. "Continuo com uma parte do receio de que a internet chegou onde chegou por falta de regulação", disse o líder do partido na Casa, Eduardo Cunha (RJ), que justificou a mudança de postura como fruto de negociações do governo e da alteração de pontos considerados polêmicos no texto. "O PMDB vai se posicionar favoravelmente ao projeto", completou.

A aprovação do Marco Civil da Internet foi vista como uma vitória pelo líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP). "Eu acho que é uma vitória porque nós vivemos momentos variados, o mínimo que eu posso dizer sobre esta matéria é que houve tensões. A paciência e determinação em buscar através de um diálogo, independentemente de quem quer que seja, isso é uma grande vitória", disse Chinaglia.

Diap, 25/03/14

Dados positivos afastam temor de PIB negativo no primeiro trimestre

O início de ano mais positivo do que o esperado contribuiu para prognósticos um pouco melhores para a atividade no primeiro trimestre, mas economistas não acreditam que a economia e o mercado de trabalho vão sustentar o ritmo observado entre janeiro e fevereiro. Além da confiança em baixa, as incertezas presentes no cenário, como crise na Argentina, risco de racionamento de energia e os efeitos defasados do ciclo de aperto monetário em curso ainda são considerados entraves a um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2014 acima dos 2,3% observado no ano passado.

"O ano começou bem melhor do que a visão que tínhamos dele no fim do ano passado", diz o economista-chefe do banco ABC Brasil, Luiz Otávio de Souza Leal. "Mas não é um nível de atividade para comemorar porque ele continua baixo e os índices de confiança mostram que o desânimo se mantém", pondera. Leal revisou de zero para uma alta de 0,5% a projeção para o crescimento do PIB do primeiro trimestre, em relação aos três meses anteriores, depois de conhecidos os primeiros indicadores do período.

"O trimestre veio melhor que o esperado, mas ainda mantemos nossa projeção de um crescimento zero no trimestre", diz Thais Marzola Zara, economista-chefe da Rosenberg & Associados. Apesar da recuperação de janeiro, outubro e novembro do ano passado foram meses de atividade mais forte, o que desfavorece a comparação com este começo de ano, afirma Thais. No último trimestre do ano passado, a economia avançou 0,7%, segundo o IBGE, mais do que o esperado por economistas. A alta foi puxada principalmente pelo setor de serviços, do lado da oferta, e pelos investimentos, pela ótica da demanda, embora o consumo das famílias também tenha dado contribuição positiva.

A LCA Consultores também mantém sua projeção, mas ela já estava acima da média do mercado - 0,5% sobre o quarto trimestre. Fabio Romão, economista da consultoria, não considera que o quadro bastante positivo de emprego e renda neste começo de ano seja mantido ao longo de 2014. Não virá do mercado de trabalho, portanto, um estímulo extra - antes não projetado - para a demanda. Para ele, a renda real não vai crescer mais de 2% ao longo de 2014 e os dados de emprego merecem cautela. A criação de 260 mil novas vagas formais em fevereiro, 111% a mais do que em igual período do ano passado, foi impulsionada pelo Carnaval e em março ocorrerá o contrário, sobrando "dois meses razoáveis" nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), diz ele.

Os dados mais favoráveis do início do ano são "ilusórios e não convencem", afirma José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator. "A confiança está baixa, com alta de juros é inevitável que expansão do crédito desacelere e a inflação mais alta em março vai reduzir os ganhos de renda real", afirma o economista.

Após a divulgação do PIB do quarto trimestre de 2013 e olhando para os indicadores do fim do ano passado, Fernando Rocha, economista e sócio da JGP Gestão de Recursos, chegou a estimar que poderia haver uma pequena contração no crescimento no início deste ano. "Os números vieram melhores que o esperado e o cenário mais provável é um pequeno crescimento, entre 0,2% e 0,3%", observa Rocha, ressaltando que o Carnaval em março deixou fevereiro mais robusto e agora, talvez, parte da alta registrada no mês passado seja devolvida.

Esse início mais forte, contudo, não mudou o cenário da JGP para o ano. Rocha projeta perda de dinamismo na produção de automóveis (que afeta outros setores industriais), pelo lado da oferta, e investimento mais fraco, pelo lado da demanda. A dúvida sobre a oferta de energia, diz ele, pode

constranger investimentos, que já serão afetados pela decisão de reduzir os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No cenário traçado por Leal, do ABC Brasil, além da confiança, uma série de fatores atrapalham 2014. A crise na Argentina (que reduz a demanda por produtos brasileiros), a insegurança sobre a oferta de energia, o crescimento menor do salário mínimo, o aperto monetário, o risco de outro choque de alimentos e a intenção já anunciada de contenção do crédito dos bancos públicos compõem um quadro que limita o crescimento do PIB deste ano em uma faixa entre 1,5% e 2%. "Não vai ser de 1%, mas será próximo do ano passado", resume ele. (Fonte: *Valor*)

Organizado por Ernesto Germano